

PALAVRA DE DEUS NA VIDA E NA MISSÃO DA IGREJA

Estudo dos documentos oficiais desde o Concílio de Trento até o Sínodo dos Bispos em 2008

Pedro Kramer*

Resumo: Uma das definições do Concílio de Trento foi a retirada da Bíblia das mãos do povo. Ela foi substituída pelo Catecismo Romano. O magistério da Igreja voltou a defender a Bíblia, apenas 329 anos depois, diante dos ataques dos racionalistas e de certos filósofos, através da Carta Encíclica *Providentissimus Deus* de Leão XIII. O papa Pio XII, através da Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, incentivou o uso da Bíblia e pediu que ela fosse relacionada com os resultados das escavações arqueológicas. Após 400 anos, a Bíblia voltou às mãos do povo, através da Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II. Uma das lacunas entre a *Dei Verbum* e a *Verbum Domini*, a Exortação Apostólica do papa Bento XVI, é a redução da Palavra de Deus à Bíblia. Daí a necessidade de aprofundar a analogia da Palavra de Deus. O desafio da *Verbum Domini* é a leitura fundamentalista da Bíblia.

Palavras-chave: Documentos pontifícios. Analogia da Palavra. Bíblia. Métodos. Fundamentalismo.

The Word of God in the life and mission of the Church

Study of official documents from the Council of Trent to the Synod of Bishops in 2008

Abstract: One of the determinations from the Council of Trent was the withdrawal of the Bible from the hands of the people. It was replaced by the Roman Catechism. The Church's magisterium came to defend the Bible, only 329 years later, in Pope Leo XIII's Encyclical, *Providentissimus Deus* in response to modern rationalistic and philosophical attacks. Pope Pius XII, through the Encyclical *Divino Afflante Spiritu*, encouraged the use of the Bible and asked that it be interpreted in light of recent archaeological findings. After 400 years, the Bible was placed back into the hands of the people through the Dogmatic Constitution of Vatican II, *Dei Verbu*". One of the unfinished issues left since the documents *Dei Verbum* and the Apostolic Exhortation of Pope Benedict XVI, *Verbum Domini*, has been the reduction of the concept 'Word of God' to the Bible's written text. Hence the need for deepening the analogy of God's Word. The challenge of *Verbum Domini* is directed at a fundamentalist reading of the Bible. The Brazilian people were Christianized, with the explicit use of the Bible, only the last forty years.

Keywords: Papal documents. Analogy of the word. The Bible. Methods. Fundamentalism.

Introdução

A conferência sobre a "Palavra de Deus na Vida e na Missão da Igreja nos seus documentos oficiais desde o Concílio de Trento até o Sínodo dos Bispos em 2008" situa-se na

* Doutor em Bíblia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, São Leopoldo, RS. Professor de exegese bíblica na Faculdade Palotina, Santa Maria, RS.

Semana Acadêmica 'A Palavra de Deus', desde a *Dei Verbum* à *Verbum Domini*, do Curso de Teologia da FAPAS, nos dias 07 a 11 de novembro de 2011. Ela visa destacar as tomadas de posição da Igreja Católica sobre a Palavra de Deus, a partir do Concílio de Trento até a publicação da *Verbum Domini*. Com isso, ela também quer oferecer o pano de fundo ou o contexto para poder melhor entender os documentos oficiais mais recentes. Não será feita uma abordagem detalhada sobre a *Verbum Domini* na presente pesquisa.

1 Palavra de Deus no Concílio de Trento

Numa importante reunião sobre as afirmações de Lutero, na cidade alemã de Worms, em 1521, o núncio apostólico Alexandre anunciava: “Todo o mundo grita: Concílio, Concílio!”¹ Este foi convocado para a cidade italiana de Trento. Ele teve início no dia 15 de março de 1545, com a presença de 31 bispos. Ele foi várias vezes interrompido. Duas sessões deste Concílio foram realizadas na cidade italiana de Bologna (1547-1551).

Quais foram as definições do Concílio de Trento sobre a Palavra de Deus?

No dia 04 de abril de 1546, na 4ª. sessão, o Concílio definiu que as Tradições apostólicas deviam ser assumidas, com o mesmo respeito e veneração, como a Sagrada Escritura (*pari pietatis affectu*). E também declarou a autenticidade da tradução latina da Bíblia Vulgata em uso, isto é, a Vulgata de São Jerônimo. Com isso, ele fixou o cânone dos livros bíblicos. Isto é, todos os livros da Bíblia Vulgata são canônicos, são normativos para a fé da Igreja Católica e servem de base para a Teologia.

Como o Concílio de Trento foi várias vezes interrompido, por isso, na sua última sessão, nos primeiros dias de dezembro de 1563, todos os seus decretos foram retomados, relidos e aprovados por 199 bispos, 7 Abades e 7 Superiores Gerais. Todos esses decretos foram ratificados pelo papa Pio IV (1559-1565), sem exceção e sem mudança, no dia 28 de janeiro de 1564. Assim o Concílio de Trento respondeu, através do magistério da Igreja, à reforma protestante. Ela deu à teologia e à propagação da fé normas claras. Os decretos desse Concílio foram enviados a todos os bispos do mundo para serem postos em prática. Por recomendação do Concílio, o teólogo jesuíta Pedro Canísio foi encarregado de publicar o Catecismo Romano. Este era uma espécie de manual da doutrina católica para os párocos, difundindo assim o conteúdo dos decretos do Concílio de Trento.

¹ JEDIN, Hubert. **Kleine Konziliengeschichte**. Die zwanzig Oekumenischen Konzilien im Rahmen der Kirchengeschichte, Freiburg, Basel, Wien: Herder, 1961, p.80-102.

A respeito das definições do Concílio de Trento sobre a Palavra de Deus, o biblista Pablo Richard concluiu: “O grande triunfador do Concílio de Trento foi o papado que chegou a ser o centro político da Europa. O grande perdedor foi a Bíblia, que foi de fato substituída pelo Catecismo Romano. [...] A bíblia é derrotada e desaparece na Igreja Povo de Deus”². Após estas constatações, surge a pergunta angustiante: Quando a Bíblia voltará às mãos do povo católico? Será que esta decisão dos Padres Conciliares, de retirar a Bíblia do uso explícito dos cristãos católicos, ocorreu de acordo com as luzes do Espírito Santo? Será que eles não conheciam ou, talvez, esqueceram a palavra de São Jerônimo: “Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo”?

2 Palavra de Deus na Carta Encíclica *Providentissimus Deus*

O primeiro documento oficial da Igreja Católica, após as definições sobre a Palavra de Deus no Concílio de Trento, é a Carta Encíclica de Leão XIII (1878-1903) “Sobre o estudo da Sagrada Escritura, *Providentissimus Deus* (PD), de 18 de novembro de 1893. É evidente que o Concílio Vaticano I (1869-1870), que aconteceu duas décadas antes desse documento pontifício, fez referências à Palavra de Deus, mas ela não era seu objeto principal de estudo. O tema central girou em torno do Primado e da Infallibilidade do papa.

A PD é bastante longa, ela se compõe de 99 artigos. Ela foi escrita para reagir diante dos ataques à Palavra de Deus, provindos do racionalismo, da filosofia e de ciências análogas: “Homens distintos não bem merecido dos estudos bíblicos e têm defendido as Santas Escrituras contra os ataques do racionalismo, ataques tirados da filosofia e das ciências análogas, e que têm refutado com argumentos do mesmo gênero” (PD, n. 37).

Nos números 39 e 40 estão elencados os argumentos dos adversários contra a Sagrada Escritura e no número 41 são descritos os meios para combater estes adversários. Eis o texto:

O plano que nos havemos proposto, Veneráveis Irmãos, pede de nós que nos entretenhamos convosco sobre aquilo que parece mais útil à boa ordenação desses estudos. Mas importa primeiro reconhecer que homens nos opõem obstáculos, em que processos e em que armas confiam. Antes, a Santa Sé lidou sobretudo com aqueles que, estribando-se no seu juízo particular, e repudiando as diversas tradições e a autoridade da Igreja, afirmavam que a Escritura era a única fonte da revelação e o juízo supremo da fé. Agora, os nossos adversários principais são os racionalistas que, filhos e herdeiros, por

² RICHARD, Pablo “Um novo espaço para a Palavra de Deus”, *Concilium* 335 (2010 – 2), p. 42-52.

assim dizer, desses homens de que falamos mais acima, e fundando-se do mesmo modo na sua própria opinião, rejeitaram inteiramente mesmo esses restos de fé cristã, ainda aceitos pelos seus antecessores. Com efeito, negam eles toda inspiração, negam a Escritura, e proclamam que todos esses objetos sagrados são meras invenções e artifícios dos homens; consideram os Livros Santos, não como contendo o relato exato de acontecimentos reais, mas como fábulas ineptas, como histórias mentirosas. Aos olhos deles, não há profecias, mas sim predições forjadas depois que os acontecimentos tiveram lugar, ou então pressentimentos devidos a causas naturais; não existem milagres verdadeiramente dignos deste nome, manifestação do poder divino, mas apenas fatos surpreendentes que absolutamente não excedem as forças da natureza, ou ainda *prestígios* e mitos; enfim, os Evangelhos e os escritos dos apóstolos não foram escritos pelos autores aos quais são atribuídos (n. 39).

Para apoiar tais erros, graças aos quais julgam poder aniquilar a santa verdade da Escritura, invocam eles as decisões de uma *nova ciência livre*; essas decisões são, aliás, tão incertas, aos próprios olhos dos racionalistas, que não raro eles variam e se contradizem sobre os mesmos pontos. E, enquanto esses homens julgam e falam de maneira tão ímpia a respeito de Deus, de Cristo, do Evangelho e do resto das Escrituras, não falta entre eles quem queira ser considerado como cristão, como teólogo, como exegeta, e que, sob um nome honorabilíssimo, vele toda a temeridade de um espírito cheio de insolência. A estes vem aditar-se certo número de homens que, tendo o mesmo intuito e ajudando-os, cultivam outras ciências, e os quais semelhante hostilidade para com as verdades reveladas arrasta do mesmo modo a atacarem a Bíblia. Não poderíamos deplorar em excesso a extensão e a violência cada vez maior que assumem esses ataques. Eles são dirigidos contra homens instruídos e sérios, conquanto possam estes defender-se sem excessivas dificuldades; mas é sobretudo contra a turba dos ignorantes que inimigos encarniçados agem por todos os processos. Por meio dos livros, dos opúsculos, dos jornais difundem eles um veneno funesto; por meio de reuniões, por meio de discursos, fazem-no penetrar mais avante; eles já invadiram tudo, já possuem numerosas escolas arrancadas à Igreja, onde, depravando miseravelmente, mesmo pela zombaria e pelos gracejos chocarreiros, os espíritos ainda tenros e crédulos dos jovens, excitam-nos ao desprezo das Sagradas Escrituras. Bem há aí, Veneráveis Irmãos, com que emocionar e animar o zelo comum dos pastores, de tal sorte que a essa ciência nova, a essa ciência falsa (1Tm 6,20), se oponha essa doutrina antiga e verdadeira pela Igreja recebida de Cristo por intermédio dos apóstolos, e que, em tal combate, de todas as partes se elevem defensores da Sagrada Escritura (PD, n. 40).

Nos números 41 e 42, o papa Leão XIII descreve os meios que podem ser usados para combater os argumentos desses adversários. Eis o texto:

Este deve ser, pois, o nosso primeiro cuidado: que nos Seminários, nas Universidades, as Letras divinas, sejam ensinadas em todo ponto como o pedem a própria importância dessa ciência e as necessidades da época atual. Por esta razão, nada deveis ter mais a peito do que a prudência na escolha dos professores; para esta função, com efeito, importa designar, não homens colhidos entre a multidão, mas os que são recomendados por um grande amor e longa prática da Bíblia, por uma verdadeira cultura científica, numa palavra, que estejam à altura da sua missão. Menos cuidado não se deve por em preparar os que deverão tomar depois o lugar deste (n. 41).

Deve o professor aplicar-se com grandíssimo cuidado a fazer conhecer bem a parte mais fecunda dessa ciência, que concerne à interpretação, explicar aos seus ouvintes como poderão utilizar as riquezas da palavra divina para vantagem da religião e da piedade. De certo, compreendemos que nem a extensão do assunto nem o tempo de que se dispõe permitem percorrer, nas escolas, todo o círculo das Escrituras. Mas, já que necessário se torna possuir um método seguro para dirigir com fruto a interpretação, um mestre prudente deverá evitar a um tempo o defeito daqueles que fazem estudar trechos formados aqui e acolá, e o defeito também dos que se detêm sem medida em determinado capítulo de um só livro (PD, n. 42).

Após estas reflexões, vem-nos forte à mente o fato de que, depois do Concílio de Trento, se passaram 329 anos até que houvesse uma abordagem ampla e detalhada referente ao estudo da Bíblia pelo Magistério da Igreja na Carta Encíclica de Leão XIII, de 1893. A partir desse fato, surge a pergunta: Qual era a importância da Bíblia para a hierarquia da Igreja, porque se passaram mais de três séculos sem um posicionamento oficial e amplo sobre ela? A reação do papa Leão XIII só ocorreu porque a Bíblia fora atacada pelos racionalistas e por certas correntes de filósofos.

3 Palavra de Deus na Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu*

Cinquenta anos após a publicação da Carta Encíclica *Providentissimus Deus* do papa Leão XIII, o papa Pio XII (1939-1958) publicou a Carta Encíclica ‘Sobre o modo mais oportuno de promover os estudos da Sagrada Escritura’ *Divino Afflante Spiritu*, no dia 30 de setembro de 1943.

No §1 ele retoma as tomadas de posição sobre a Bíblia de Leão XIII e de Bento XV (1914-1922). Ele, além disso, destaca os impulsos dados aos estudos bíblicos através da criação da Escola Bíblica e Arqueológica de Jerusalém pela Ordem dos Freis Dominicanos em 1890 e da Pontifícia Comissão Bíblica do Vaticano em 1902 bem como da fundação do Pontifício Instituto Bíblico de Roma no ano de 1909. Ele conclui a primeira parte da Carta Encíclica com estas palavras:

É, porém, justo e grato reconhecer que os notáveis progressos feitos pela ciência e uso das Sagradas Escrituras entre os católicos se devem não somente a estas disposições, prescrições e exortações de Nossos Predecessores, mas também ao concurso e colaboração de todos os que, com pronto acatamento, consagraram as suas fadigas tanto a meditar, investigar e escrever como a ensinar, pregar, traduzir e propagar os Livros Santos (§ 4).

Na segunda parte da Carta Encíclica, na parte doutrinal, o papa Pio XII destaca um dos grandes avanços do estudo da Bíblia, no seu tempo, que são as descobertas das escavações arqueológicas. Estas obrigaram os peritos a estudar as línguas antigas (§ 1) para poder ler os textos encontrados nessas escavações. Assim foram descobertos os costumes, as línguas, a literatura, a história e os cultos daqueles povos antigos. Isto fez surgir o método da crítica textual. Sobre a sua finalidade o papa escreve:

De fato o seu fim é reconstruir com toda a possível perfeição o texto sagrado, expurgá-lo das alterações nele introduzidas por culpa dos copistas, mondando-o das glosas e lacunas, transposições e repetições de palavras, e de toda a espécie de erros que costumam infiltrar-se na transmissão plurissecular de obras manuscritas (§ 1).

O método da crítica textual foi também aplicado à Bíblia Vulgata que era o texto oficial e básico da Igreja Católica.

Após a descoberta do texto bíblico mais próximo possível do texto original através da crítica textual, começa a ação do exegeta. Seu principal dever é, segundo o papa Pio XII,

investigar e expor o sentido genuíno dos Livros sagrados. Neste trabalho tenham os intérpretes bem presente que o seu maior cuidado deve ser distinguir claramente e precisar qual seja o sentido *literal* das palavras bíblicas. Procuram-no pois com toda a diligência, valendo-se da ciência das línguas, do exame do contexto, da comparação com passos semelhantes (§ 2).

Um pouco mais adiante o papa escreve:

como o exegeta deve encontrar e expor o sentido literal das palavras que o hagiógrafo pretendia exprimir e exprimiu, assim também deve indagar o espiritual nos passos onde realmente conste que Deus o quis expressar. De fato este sentido espiritual só Deus o pode conhecer e revelar (§ 2).

No § 3 da Carta Encíclica, o papa passa a descrever a tarefa especial do exegeta. Ele inicialmente rechaça, como erro, a afirmação de alguns que o exegeta católico não teria liberdade nas suas investigações:

erradamente vão dizendo alguns, mal informados do estudo da ciência bíblica, que ao exegeta católico dos nossos dias nada resta a acrescentar a quanto produziu a antiguidade cristã; pelo contrário, a verdade é que o nosso tempo tem chamado a atenção para muitas coisas que requerem nova investigação e novo exame e estimulam fortemente a atividade do exegeta (§ 3).

Uma das tarefas especiais do exegeta é investigar

qual é a índole própria e condição social do autor sagrado, em que tempo viveu, de que fontes, escritas e orais, se serviu, que formas de dizer empregou. Assim poderá conhecer melhor quem foi o hagiógrafo e que quis dizer no seu escrito (§ 3).

Outra tarefa especial do exegeta é descobrir o gênero literário dos textos bíblicos quer nas composições poéticas, quer na legislação ou na história. Neste contexto o papa faz uma importante afirmação:

Como o Verbo substancial de Deus se fez semelhante aos homens em tudo ‘exceto o pecado’ (Hb 4,15), assim também a palavra de Deus expressa em línguas humanas assemelhou-se em tudo à linguagem humana, excluído o erro (§ 3).

Em vista disso, ele recomenda:

Portanto os nossos especialistas de estudos bíblicos atendam também com a devida diligência a este ponto, nem desprezem nenhuma descoberta da arqueologia ou da história antiga ou da ciência das antigas literaturas, que possa servir ao melhor conhecimento da mentalidade dos antigos escritores, do seu modo e arte de raciocinar, narrar e escrever (§3).

Pela primeira vez aparece nos documentos oficiais, após o Concílio de Trento, uma longa recomendação referente ao uso da Bíblia na instrução dos fiéis pelos sacerdotes e bispos:

os sacerdotes que por ofício devem procurar a eterna salvação dos fiéis, depois de terem estudado diligentemente as sagradas páginas, e de as terem assimilado com a oração e meditação distribuam com o devido zelo nos sermões, homilias e práticas as celestes riquezas da divina Palavra. [...] A mesma veneração procurem os sagrados Pastores instilar e aperfeiçoar cada vez mais nos fiéis confiados ao seu zelo pastoral, fomentando todas as empresas de homens apostólicos que louvavelmente se esforcem por excitar e fomentar entre os católicos o conhecimento e amor dos Livros Santos. Favoreçam pois e auxiliem as associações que têm por fim difundir entre os fiéis exemplares da Sagrada Escritura, particularmente dos Evangelhos, e procurar que nas famílias cristãs se leiam regularmente todos os dias com piedade e devoção; recomendem eficazmente com palavra e exemplo, onde o consente a Liturgia, a Sagrada Escritura traduzida nas línguas modernas com a aprovação da Autoridade Eclesiástica: façam eles próprios conferências ou lições públicas de assuntos bíblicos, ou encarreguem de as fazer a outros oradores bem versados na matéria. As revistas que com tanto louvor e fruto se publicam nas várias partes do mundo ou para versar cientificamente as questões bíblicas, ou para adaptar os resultados daquelas investigações ao Sagrado Ministério e ao espiritual aproveitamento dos fiéis, procurem todos os Ordinários, quanto lhes for possível, ampará-las e difundi-las nas diversas classes dos seus rebanhos. E persuadam-se que tudo isto e o mais que um zelo

apostólico e um sincero amor da divina Palavra saberá encontrar para obter tão sublime fim, será para eles um auxílio eficaz na cura das almas (§ 5).

4 Palavra de Deus na Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Vaticano II

Com este título visa-se apresentar, de modo bem sintético, o processo de elaboração da Constituição Dogmática sobre a revelação. Pretende-se igualmente destacar algumas lacunas ou interpretações parciais da Palavra de Deus no caminho andado entre a *Dei Verbum* de 1965 e a *Verbum Domini* de 2010, especialmente a interpretação fundamentalista da Bíblia

4.1 Processo de origem da *Dei Verbum*

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação divina teve um longo processo de origem. Ela nasceu da Comissão Teológica pré-conciliar que elaborou um documento “sobre as fontes da revelação” para ser discutido pelos Padres Conciliares. Estes, na primeira sessão em 1962, o rejeitaram. Foi, então, formada uma comissão mista, isto é, com membros da Comissão Teológica e do Secretariado para a União dos Cristãos, que projetou um documento “sobre a revelação divina”. Este foi enviado aos bispos. Ele, porém, nem chegou a ser discutido em 1963 pelo número elevado de rejeições. Em vista disso, a Comissão Teológica elaborou um terceiro documento que foi discutido, na terceira sessão, em julho de 1964. Este foi aceito com emendas. Por isso, na última sessão do Vaticano II, no dia 18 de novembro de 1965, a *Dei Verbum* foi aprovada por 2.344 votos a favor e apenas 8 votos contra.

A *Dei Verbum* compõe-se de seis capítulos. O primeiro versa sobre a revelação como tal; o segundo capítulo trata da transmissão da divina revelação; o terceiro aborda o tema da inspiração divina da Sagrada Escritura e sua interpretação; os capítulos quarto e quinto enfocam respectivamente o Antigo e o Novo Testamento; o sexto capítulo destaca a Sagrada Escritura na vida da Igreja.

Deste último capítulo é importante citar algumas afirmações. No número 22 recomenda-se: “É preciso que o acesso à Sagrada Escritura seja amplamente aberto aos fiéis”. No número 24 pode-se ler: “o estudo das Sagradas Páginas seja como que a alma da Sagrada Teologia. Da mesma palavra da Sagrada Escritura também se nutre salutarmente e santamente floresce o ministério da palavra, a saber, a pregação pastoral, a catequese e toda a instrução

cristã”. E no número 25 exorta-se: “façam edições da Sagrada Escritura, munidas de anotações apropriadas, para o uso também dos não-cristãos e adaptadas à condição deles”.

Estas frases todas só podem ser bem entendidas a partir do contexto histórico. Porque em 1564, no Concílio de Trento, a Bíblia foi retirada das mãos do povo e substituída pelo Catecismo Romano. Durante 400 anos, portanto, os fiéis da Igreja Católica não tiveram acesso à Bíblia. Isto tem conseqüências sérias para o povo do Brasil. Porque desde seu ‘descobrimento’, os brasileiros foram cristianizados sem o uso da Bíblia. Isto talvez explica, em parte, porque o catolicismo brasileiro é como ele, de fato, se encontra agora.

4.2 Algumas lacunas referentes à Palavra de Deus desde a *Dei Verbum* até a *Verbum Domini*

A reflexão feita sobre o caminho andado desde a *Dei Verbum* (1965) até a *Verbum Domini* (2010) revela muitas coisas positivas. O papa Bento XVI escreve na VD 3 que a DV “representa um marco miliário no caminho da Igreja”. Os Padres Sinodais reconhecem, com gratidão, os enormes benefícios que a DV trouxe à vida da Igreja em nível exegetico, teológico, espiritual, pastoral e ecumênico. Neste mesmo número 3, ele ainda acrescenta: “É do conhecimento geral o grande impulso dado pela Constituição dogmática *Dei Verbum* à redescoberta da palavra de Deus na vida da Igreja, à reflexão teológica sobre a Revelação divina e ao estudo da Sagrada Escritura”.

Deve-se, além disso, destacar a volta da Bíblia às mãos do povo e, com isso, a evangelização do povo brasileiro com o uso da Bíblia. Quem é que não se lembra da primeira edição da “Bíblia na Linguagem de Hoje – o Novo Testamento”, do ano de 1973, em papel jornal, com a aprovação eclesiástica pelo bispo D. Mário Teixeira Gurgel, Responsável pelo Setor de Diálogo religioso da CNBB. Mas, por outro lado, deve-se também destacar algumas lacunas e algumas visões parciais referentes à Palavra de Deus, que a *Verbum Domini*, com razão, quer e precisa resgatar. Para fazer isso, pode-se apoiar em textos escritos pelo biblista Johan Konings, professor no Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte, MG³.

A VD faz uma clara distinção entre Palavra de Deus e Bíblia. Isto é muito importante porque quando nós falamos em Palavra de Deus, noventa por cento das vezes, nós estamos

³ KONINGS, Johan. “XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Palavra de Deus”, **Perspectiva Teológica** 41 – 144, 2009, p. 157-163 (editorial). 165-190.
Idem, “Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*”, **Revista Eclesiástica Brasileira**, Fasc. 281 – Janeiro 2011 – p. 87-123.

nos referindo à Bíblia. Nós, no entanto, devemos afirmar com muita convicção de que a Palavra de Deus é muito mais do que só a Bíblia. Senão caímos num reducionismo perigoso. E, além disso, deve estar muito claro para nós que a XII Assembleia Ordinária não foi um sínodo sobre a Bíblia, mas sobre a Palavra de Deus, ou seja, o diálogo de Deus com a humanidade que tem muitas e variadas formas.

Essas diversas modalidades da Palavra de Deus são como um canto a diversas vozes. A VD, no número 7, chama isso de analogia da Palavra de Deus. Isto é, a Palavra única de Deus exprime-se de diversos modos. A analogia da Palavra de Deus significa, de um lado, todas as formas usadas por Deus para se comunicar e se fazer conhecido. Por outro lado, ela também explicita que a diversidade dos seres humanos, com sua linguagem tão diferente, poderá encontrar-se com a Palavra de Deus que se exterioriza de formas tão variadas. Quais são esses diversos modos através dos quais a Palavra de Deus se revela?

1) Primeiramente deve ser destacado que a revelação de Deus tem uma origem comum e um centro que é o acontecimento Jesus Cristo. “Porque tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito [...] E o Verbo se fez carne e armou sua tenda entre nós” (Jo 1,3.14).

2) Conforme a proclamação de Jo 1,3, a Palavra de Deus está presente na criação. Esta é, segundo Gn 1,1-2,4a, fruto ou eco de sua palavra. A criação é o primeiro livro que Deus escreveu. Ela não é resultado de um acaso irracional, mas “nasce do Logos e traz indelével o sinal da *Razão criadora que regula e guia*” (DV, n. 8). Na criação, portanto, já se encontram as “sementes do Verbo”, *semina Verbi*. Em vista disso, é necessário que a pessoa tenha o olho clínico para descobrir e perceber as “sementes do Verbo” na realidade criada. Esta percepção, aliás, obriga-nos a mudar o conceito de realidade. Assim, “realista é quem reconhece o fundamento de tudo no Verbo de Deus” (DV, n. 10). Em vista disso, o ter, o prazer e o poder são incapazes de realizar os anseios mais profundos do ser humano. Este, para edificar sua própria vida, necessita de bases mais sólidas, que permaneçam mesmo quando falham as certezas humanas, estribadas no ter, no prazer e no poder.

3) No palco do mundo criado, a Palavra de Deus se comunicou na história da salvação, através de profetas e profetisas, de sábios e sábias, na história do povo de Israel e dos demais povos (Am 9,7).

4) A Palavra de Deus também ecoou ao ouvido das pessoas, espalhadas pelo mundo, através da palavra pregada pelos apóstolos e missionários, concretizando o mandato de Jesus: “Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda a criatura” (Mc 16,15).

5) A Palavra de Deus está presente na Tradição viva das comunidades. Estas, por muito tempo, conservaram seu conteúdo vivo, de modo oral, nas celebrações, na catequese e nas suas festas. Esta memória viva, transmitida de geração em geração, teve seu ponto alto quando foi escrita e assim foi conservada como literatura tanto no Antigo como no Novo Testamento. Esta literatura não se tornou letra morta, porque seu conteúdo serviu de orientação para as comunidades e foi vivido e testemunhado por elas. A vivência e o testemunho da Palavra de Deus nas comunidades continuam a Tradição, formando uma bela sinfonia a várias vozes.

A Sagrada Tradição, tanto anterior como posterior a Bíblia, foi talvez o aspecto da Palavra de Deus que mais ficou na penumbra no tempo depois da *Dei Verbum* até a *Verbum Domini*. Para resgatar esta lacuna, o papa Bento XVI exorta: “É muito importante que o Povo de Deus seja educado e formado claramente para se abeirar das Sagradas Escrituras na sua relação com a Tradição viva da Igreja, reconhecendo nelas a própria Palavra de Deus. É muito importante, do ponto de vista espiritual, fazer crescer esta atitude nos fiéis” (VD 18).

6) E, por fim, é óbvio que a Palavra de Deus está contida na Bíblia.

Esta descrição da analogia da Palavra de Deus revela claramente que o cristianismo não é a “religião do Livro”, mas a “religião da Palavra de Deus” (VD 7).

4.3 Interpretação fundamentalista da Bíblia

A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, de 1965, devolveu a Bíblia ao povo. Nesses últimos decênios, o acesso à Bíblia foi largamente possibilitado. Assim, senão cada pessoa, ao menos cada família já adquiriu, no Brasil, a sua Bíblia. Isto é sumamente louvável. Este fato, no entanto, provocou o desafio e o problema da correta interpretação da Bíblia. Para enfrentar esta situação, a Pontifícia Comissão Bíblica, que não é um órgão do Magistério da Igreja, mas uma comissão de peritos, publicou em 1993 o documento sobre ‘A Interpretação da Bíblia na Igreja’. Esta comissão de peritos não só queria, com ele, celebrar o centenário da Carta Encíclica *Providentissimus Deus* de Leão XIII, em 1893, e o cinquentenário da Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu* do papa Pio XII, em 1943, mas principalmente fornecer ‘uma fundamentada visão geral do panorama dos métodos atuais’⁴ da interpretação da Bíblia.

Essa comissão de peritos também tratou da leitura fundamentalista da Bíblia que ela define assim:

⁴ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, p. 29.

A leitura fundamentalista parte do princípio de que a Bíblia, sendo Palavra de Deus inspirada e isenta de erro, deve ser lida e interpretada literalmente em todos os seus detalhes. Mas por 'interpretação literal' ela entende uma interpretação primária, literalista, isto é, excluindo todo esforço de compreensão da Bíblia que leve em conta seu crescimento histórico e seu desenvolvimento. Ela se opõe assim à utilização do método histórico-crítico, como de qualquer outro método científico, para a interpretação da Escritura⁵.

E um pouco mais adiante essa comissão constata: “Esse gênero de leitura encontra cada vez mais adeptos, no decorrer da última parte do século XX, em grupos religiosos e seitas assim como também entre os católicos”⁶.

Qual é mesmo o problema da interpretação fundamentalista da Bíblia? Os peritos dessa comissão respondem:

O problema de base dessa leitura fundamentalista é que recusando levar em consideração o caráter histórico da revelação bíblica, ela se torna incapaz de aceitar plenamente a verdade da própria Encarnação. O fundamentalismo foge da estreita relação do divino e do humano no relacionamento com Deus. Ele se recusa em admitir que a Palavra de Deus inspirada foi expressa em linguagem humana e que ela foi redigida, sob a inspiração divina, por autores humanos cujas capacidades e recursos eram limitados. Por esta razão, ele tende a tratar o texto bíblico com se ele tivesse sido ditado palavra por palavra pelo Espírito e não chega a reconhecer que a Palavra de Deus foi formulada em uma linguagem e uma fraseologia condicionadas por uma ou outra época. Ele não dá nenhuma atenção às formas literárias e às maneiras humanas de pensar presentes nos textos bíblicos, muitos dos quais são fruto de uma elaboração que se estendeu por longos períodos de tempo e leva a marca de situações históricas muito diversas⁷.

O papa Bento XVI na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* constata primeiramente que no debate dos Padres Sinodais o tema da interpretação fundamentalista da Bíblia aflorou muitas vezes. E ele mesmo chama a atenção

sobretudo para aquelas leituras que não respeitam o texto sagrado na sua natureza autêntica, promovendo *interpretações subjetivistas e arbitrarias*. Na realidade, o 'literalismo' propugnado pela leitura fundamentalista constitui uma traição tanto do sentido literal como do espiritual, abrindo caminho a instrumentalizações de variada natureza, difundindo por exemplo interpretações antieclesiais das próprias Escrituras⁸.

⁵ Op. cit. p. 82.

⁶ Op. cit. p. 83.

⁷ Op. cit. p. 83-84.

⁸ BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*, São Paulo: Paulinas, 2010, n. 44.

A leitura e a interpretação fundamentalista da Bíblia são o grande desafio e o problema da Igreja Católica no Brasil. Há pessoas que calculam que aproximadamente noventa por cento das católicas e dos católicos no Brasil lêem e interpretam de modo fundamentalista a Bíblia.

Por outro lado, nós, no Brasil, estamos vivendo um tempo profético e kairótico. Porque, pela primeira vez, depois do ‘descobrimento’ do Brasil, em 1500, nós temos a chance e a ocasião oportuna de evangelizar a população brasileira com o uso da Bíblia. Em vista disso, urge que os católicos se apropriem do método mais adequado e correto possível de leitura bíblica

Para refletir: Quais são as conseqüências da cristianização do povo brasileiro sem o uso da Bíblia?

O que e como fazer para que o povo brasileiro se aproprie de um método correto e apropriado de interpretação da Bíblia?

Conclusão

A história do uso da Bíblia na Igreja Católica, desde o Concílio de Trento até hoje, passou por fases bastante diferentes. Uma dessas fases foi a retirada da Bíblia das mãos do povo católico e substituída pelo Catecismo Romano. Daí para diante, a utilização da Bíblia na Igreja Católica foi muito deficiente. Apenas após mais de três séculos, a Bíblia recebeu uma ampla abordagem do magistério da Igreja, quando ela foi defendida dos ataques do racionalismo e de certas correntes filosóficas. A recomendação positiva do magistério da Igreja para que ela fosse estudada e comparada com os resultados das escavações arqueológicas, a Bíblia só recebeu meados do século passado.

Por outro lado, ninguém consegue avaliar de modo adequado o impulso e o incentivo que a Bíblia recebeu por parte da Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II. Os Padres Conciliares não só decretaram a volta da Bíblia às mãos dos católicos, mas insistiram na sua tradução dos textos originais para as línguas vernáculas, com notas explicativas. Eles recomendaram a utilização da Bíblia na leitura e no estudo pessoal, na catequese, nas pregações, nas liturgias e na pastoral global.

O Sínodo dos Bispos sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja e a Exortação Apostólica *Verbum Domini* representam um marco profético e kairótico na nossa

Igreja. Porque, apenas nesses últimos quarenta anos, o processo de cristianização do povo brasileiro católico acontece com o uso explícito da Bíblia. O estudo sério das Sagradas Escrituras e o emprego de um método adequado deverão diminuir o problema da sua leitura fundamentalista.

Referências

BENTO XVI, **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini**, São Paulo: Paulinas, 2010.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA “DEI VERBUM“ SOBRE A REVELAÇÃO DIVINA, In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos, Declarações, Petrópolis: Vozes, 1984.

JEDIN, Hubert. **Kleine Konziliengeschichte**, Freiburg-Basel-Wien: Herder Buecherei, 1961.

KONINGS, Johan. “A Palavra de Deus”, **Perspectiva Teológica** 41-114, 2009, p. 157-163.

_____. “XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Palavra de Deus”, **Perspectiva Teológica** 41-114, 2009, p. 165-190.

_____. “A Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini”, **Revista Eclesiástica Brasileira**, Fasc. 281 – Janeiro 2011, p. 87-123.

KUEHNER, Hans. **Lexikon der Paepste**, Frankfurt: Fischer Buecherei, 1960.

LEÃO XIII, **Sobre o estudo da Sagrada Escritura Providentissimus Deus**, Petrópolis: Vozes, 1950.

PIO XII, **Sobre o modo mais oportuno de promover os estudos da Sagrada Escritura Divino Afflante Spiritu**, São Paulo: Paulinas, 1965.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, **A interpretação da Bíblia na Igreja**, São Paulo: Paulinas, 1994.

Recebido: 01/12/2011

Received: 12/01/2011

Aprovado: 27/02/2012

Approved: 02/27/2012